

CONTRATO N. 033/2015 – SMT.GAB - ÁREA 2.0

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, representada pela Secretaria Municipal de Transportes - SMT.

CONTRATADA: CONSÓRCIO TRANSNOROESTE.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NA CIDADE DE SÃO PAULO, NO SUBSISTEMA LOCAL.

PROCESSO: 2015.0.181.375-3

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PMSP, por meio da **Secretaria Municipal de Transportes - SMT**, neste ato representada pelo Sr. **JOSÉ EVALDO GONÇALO, Secretário Adjunto de Transportes**, doravante denominada CONTRATANTE; de outro pessoa jurídica **CONSÓRCIO TRANSNOROESTE**, com sede na Rua Duarte de Azevedo, n.º 448, Santana, São Paulo, SP, CEP 02036-021, inscrito no **CNPJ/MF sob n.º 21.766.177/0001-73**, composto pelas empresas **NORTE BUSS TRANSPORTES LTDA**, sede na Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, n.º 3.500, Tucuruvi, São Paulo, SP, CEP 02036-004, inscrito no **CNPJ/MF sob n.º 21.692.479/0001-44**, e **SPENCER TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA**, sede na Avenida Agenor Alves Meira, n.º 320, Jardim dos Francos, São Paulo, SP, CEP 02874-140, inscrita no **CNPJ/MF sob n.º 21.569.005/0001-00**, na neste ato pelos seus representantes legais, **Guilherme Corrêa Filho, portador do RG n.º 18.627.103-7 e do CPF/MF n.º 112.707.908-54**, e **Roberson de Nóbrega, portador do RG n.º 24.987.955-4 e do CPF/MF n.º 166.302.568-16**, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e avençado, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

- 1.1. O presente contrato é firmado com dispensa de licitação, fundamentada nos termos do artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e artigo 6º, § 2º da Lei Municipal n.º 13.241/01, Decreto n.º 56.232/15, bem como nos demais preceitos aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

- 2.1. O objeto do presente é a prestação dos serviços de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, no subsistema local, nos termos do item 4.6 deste

contrato, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 13.241/13 e seu Decreto nº 56.232/15, bem como nos demais preceitos aplicáveis à matéria, com a finalidade de atender às necessidades de deslocamento da população, considerando que referidos serviços, de caráter essencial, não podem sofrer solução de continuidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

- 3.1. Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal a determinação dos reajustes tarifários, nos termos da Lei Orgânica do Município.
- 3.2. Compete à Secretaria Municipal dos Transportes, ou a quem ela ou lei específica o delegar o estabelecido na Lei Municipal nº 13.241/01 e no Decreto nº 56.232/15.
- 3.3. Compete à São Paulo Transporte S/A:
 - 3.3.1. editar normas operacionais, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pela SMT;
 - 3.3.2. Compor ou arbitrar conflitos entre Contratadas, concessionárias, usuários e Poder Público;
 - 3.3.3. Coordenar, supervisionar e fiscalizar os serviços prestados de transporte coletivo de passageiros;
 - 3.3.4. Aplicar penalidades por descumprimentos de obrigações contratuais, nos termos do art. 29 da Lei Municipal nº 13.241/01;
 - 3.3.5. Coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos, permitidos, autorizados ou contratados;
 - 3.3.6. Garantir a observância dos direitos dos usuários e demais agentes afetados pelo serviço de transporte sob seu controle, reprimindo eventuais infrações;
 - 3.3.7. Aprovar a revisão do valor das remunerações, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, quando for o caso;
 - 3.3.8. Acompanhar o desenvolvimento tecnológico e organizacional dos serviços públicos de transporte e de outras atividades que os afetem, opinando quanto à viabilidade e às prioridades técnicas, econômicas e financeiras dos projetos pertinentes ou afetos ao sistema de transporte coletivo de passageiros;
 - 3.3.9. Definir parâmetros e padrões técnicos para a prestação de serviço adequado;
 - 3.3.10. Opinar sobre a instalação e o funcionamento de serviços na faixa de domínio e na área *non aedificandi* da malha viária, definir os padrões



- operacionais e manifestar-se sobre os preços devidos pela utilização dos bens públicos afetados aos serviços de transporte coletivo de passageiros;
- 3.3.11. Zelar pela contínua preservação das condições de manutenção dos bens inerentes à prestação dos serviços de transporte coletivo público;
 - 3.3.12. Autorizar cisão, fusão, transferência de controle acionário, alteração da personalidade jurídica do CONTRATADO;
 - 3.3.13. Promover pesquisas, levantar dados e elaborar estudos para subsidiar suas decisões e as do Poder Público;
 - 3.3.14. Subsidiar o Poder Executivo Municipal na definição da política tarifária, realizando os estudos técnicos, econômicos e financeiros necessários;
 - 3.3.15. Disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços delegados;
 - 3.3.16. Gerir as receitas e pagamentos comuns ao serviço de transporte coletivo público de passageiros. Para tanto, poderá emitir os correspondentes créditos de viagens e comercializá-los direta ou indiretamente, exercendo o efetivo controle sobre a utilização desses.





CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIRO

- 4.1. Os serviços serão executados pelos cooperados indicados pelo CONTRATADO, observadas as condições fixadas em lei, nas regulamentações expedidas pela Secretaria Municipal de Transportes – SMT e neste contrato.
- 4.2. A descrição do Sistema e seu funcionamento é objeto do Anexo I - Introdução ao Sistema Integrado, deste contrato.
- 4.3. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com a lei e atos normativos, expedidos pela CONTRATANTE, que deverão ser considerados como cláusulas contratuais.
- 4.4. O CONTRATADO não pode praticar tarifa diversa da autorizada, sob pena de ensejar a rescisão deste contrato.
- 4.5. Os meios materiais e humanos utilizados na prestação dos serviços estão vinculados automaticamente, nos termos do art. 12 da Lei nº 13.241/01.

DAS LINHAS:


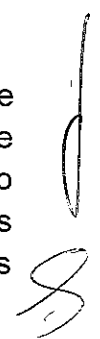

- 4.6. Sem prejuízo das informações constantes da ordem de serviço, as linhas deverão ser operadas da seguinte forma:
- 4.6.1. O CONTRATADO deverá operar as linhas, obedecendo o especificado no anexo à Ordem de Serviço – OSO, das linhas constantes no Anexo II - Descrição dos Serviços, deste contrato.
- 4.6.2. A concessionária e o CONTRATADO que prestam o serviço na área correspondente deverão articular-se, sob a coordenação da CONTRATANTE, para garantir a integração operacional entre as linhas estruturais e locais.
- 4.7. As características físicas e operacionais das linhas estão descritas no Anexo II - Descrição dos Serviços, deste contrato.
- 4.8. As linhas serão operadas na forma prevista na Ordem de Serviço Operacional – OSO.
- 4.9. O CONTRATADO ficará obrigado a operar linhas que funcionem exclusivamente entre 0h (zero hora) e 05h (cinco horas) para garantir o atendimento durante o período da madrugada.
- 4.9.1. Essas linhas estão descritas no Anexo II - Descrição dos Serviços, deste contrato.
- 4.10. O CONTRATADO poderá propor, para prévia aprovação da CONTRATANTE, alterações nas linhas ou condições de prestação dos serviços.
- 4.10.1. A população, em geral, e os usuários deverão ser informados de qualquer modificação nas linhas ou na forma de prestação dos serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

DAS GARAGENS:

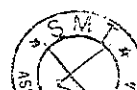
- 4.11. O CONTRATADO deverá dispor de garagem(ns) para abrigo, abastecimento e manutenção da frota operacional, bem como para realização dos serviços administrativos de apoio. A(s) garagem(ns) do CONTRATADO deverá(ão) estar localizada(s) no perímetro de sua área de operação.
- 4.11.1. O CONTRATADO poderá dispor de pátio(s) de estacionamento e guarda de veículos, atendidas as exigências contidas no Anexo III - Garagem, deste contrato.
- 
- 
- 
- 

- 4.11.2. Na hipótese da garagem e do pátio de estacionamento estarem localizados fora do perímetro de sua respectiva área de operação, os percursos ociosos não serão considerados para efeito de remuneração e eventual reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 4.12. As características físicas das garagens deverão estar de acordo com as especificações contidas em Manual de Infraestrutura Básica de Garagem, elaborado e atualizado pela CONTRATANTE, conforme Anexo III - Garagem, deste contrato.
- 4.13. Os elementos da infraestrutura básica da garagem e dos pátios de estacionamento, assim como a documentação legal para seu funcionamento, serão verificados, quando necessário, segundo critérios e metodologia definidos em procedimento específico elaborado e atualizado pela CONTRATANTE, conforme Anexo III - Garagem, deste contrato.
- 4.14. Sempre que necessárias, as atualizações do Manual e do procedimento serão feitas, a critério exclusivo da CONTRATANTE e ao CONTRADO será informada previamente às suas efetivações. Desta forma, as versões atualizadas destes documentos estarão disponíveis para consulta no "site" www.sptrans.com.br.
- 4.15. As atualizações são motivadas por implantação de novas tecnologias (veículos e/ou equipamentos da garagem), por exigências legais ou por eventuais ajustes que visem melhoria da qualidade do processo.
- 4.16. Independentemente de prazos concedidos para regularização de eventuais pendências, o CONTRATADO responderá, exclusivamente, civil e criminalmente, por quaisquer incidentes ou acidentes que venham a ocorrer em função destes.

DOS VEÍCULOS:

- 4.17. Os veículos para operação no Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros na Cidade de São Paulo deverão apresentar características que atendam integralmente às Normas Brasileiras NBR-15570, para fabricação dos veículos, NBR-14022, NBR-15646, Portaria INMETRO nº 260 e demais documentos técnicos legais pertinentes, referentes à acessibilidade nesses veículos.
- 4.18. Além do atendimento à legislação conforme descrito no item supra, os veículos deverão apresentar os parâmetros definidos no Manual dos Padrões Técnicos da CONTRATANTE, conforme Anexo IV - Veículos, deste contrato.
- 
- 
- 

- 4.19. Para movimentação da frota no sistema de Transporte, inclusão/exclusão de veículos, o CONTRATADO deve obedecer aos critérios e metodologias dispostos em procedimento específico elaborado e atualizado pela CONTRATANTE, conforme Anexo IV - Veículos, deste contrato.
- 4.20. O CONTRATADO terá seus processos de manutenção auditados e sua frota inspecionada de acordo com procedimentos específicos da CONTRATANTE.
- 4.21. As exigências referentes ao atendimento de Normas Técnicas e dos demais documentos legais relativos aos padrões tecnológicos, ambientais e de acessibilidade, Procedimentos de Inspeção, de Auditoria de Processos de Manutenção, suas associações com os tipos específicos de linhas, estão contidas nos Anexo IV - Veículos, deste contrato.
- 4.21.1. Sempre que necessárias, as atualizações dos Manuais e dos procedimentos serão feitas, a exclusivo critério da CONTRATANTE e o CONTRATADO será informada previamente às suas efetivações. Desta forma, as versões atualizadas destes documentos estarão disponíveis para consulta no "site" www.sptrans.com.br;
- 4.21.2. As atualizações são motivadas por implantação de novas tecnologias (veículos e/ou equipamentos da garagem), por exigências legais ou por eventuais ajustes que visam melhoria da qualidade no resultado do processo.
- 4.22. A frota que iniciará a operação deverá vir, obrigatoriamente, equipada com catraca e validador eletrônico, cuja especificação técnica e quantidade é objeto do Anexo V - Infraestrutura para Bilhetagem Eletrônica, deste contrato, além de equipamento de monitoramento, conforme especificações expedidas pela SPTrans.
- 4.23. A frota que vier a ser adquirida após a assinatura deste contrato, além do contido no subitem supra, deverá vir preparada para receber os acessórios, cuja especificação técnica é objeto do Anexo V - Infraestrutura para Bilhetagem Eletrônica, deste contrato.
- 4.24. O CONTRATADO deverá utilizar veículos cujas características de acessibilidade estejam de acordo com a legislação vigente.
- 4.25. No caso de existirem divergências entre as características dos veículos apresentados para a operação inicial e aquelas descritas nos padrões técnicos veiculares, constatadas na inspeção de inclusão e admitidas pela CONTRATANTE, a adequação plena deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da comunicação das não conformidades.
- 4.26. O prazo mencionado no item 4.25 não se aplica à idade dos veículos, que desde a assinatura deste contrato não poderá ser superior ao determinado no item 4.27.



- 4.26.1. Após 30 (trinta) dias de atraso de que trata o item 4.25 o veículo será excluído do sistema.
- 4.27. Os veículos utilizados na prestação de serviços observarão a idade de fabricação do chassi não superior a 10 (dez) anos para os ônibus e não superior a 7 (sete) para os miniônibus e midiônibus, consideradas as disposições contidas no Anexo IV.
- 4.28. O CONTRATADO deverá atender as determinações da CONTRATANTE referente à composição da frota operacional quanto ao que estabelece a Lei Municipal nº 14.933/09, em vista da substituição do combustível óleo diesel de petróleo por outro(s) de origem não fóssil e de fonte renovável e/ou da substituição de veículos movidos por motor de combustível interna por outros de tração elétrica.

OUTROS:

- 4.29. O CONTRATADO deverá cumprir as determinações da CONTRATANTE para atendimento de Operações Especiais.
- 4.29.1. Define-se Operações Especiais o atendimento a eventos pré-programados, tais como: "Operação Fórmula Um", "Operação Carnaval", Serviços Especiais.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DEVERES DO CONTRATADO

- 5.1. Constitui obrigação de o CONTRATADO prestar o serviço, de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposições estabelecidas na Lei Municipal nº 13.241/01, bem como na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, no Decreto nº 56.232/15, nos regulamentos, anexos deste contrato e demais normas regulamentares aplicáveis, em especial:
- 5.1.1. Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE, atendendo as exigências, recomendações ou observações;
- 5.1.2. Cumprir e fazer cumprir integralmente este contrato, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e ainda, as determinações da CONTRATANTE editadas a qualquer tempo;
- 5.1.3. Fornecer à CONTRATANTE os resultados contábeis, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle e fiscalização, atendendo aos prazos e formas de apresentação fixados pela CONTRATANTE, respeitados, quando houver, os prazos legais.



- 5.1.4. Cumprir as normas de operação e arrecadação, inclusive as atinentes à cobrança de tarifa.
 - 5.1.4.1. O CONTRATADO é responsável pela operacionalização e custeio da comercialização de viagens quando feitas no veículo;
- 5.1.5. Operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pelo operador e o Poder Público;
- 5.1.6. Prestar o serviço exclusivamente por intermédio de cooperados ou por empregados da cooperativa, atendidas as condições exigidas neste contrato, assumindo todas as obrigações decorrentes deste ajuste, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pelo operador e o Poder Público.
- 5.1.7. Dispor de frota, equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais, de modo a permitir a perfeita execução dos serviços, nos termos deste contrato e seus anexos.
 - 5.1.7.1. Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes;
 - 5.1.7.2. Adequar a frota às necessidades do serviço, obedecidas as normas fixadas pela CONTRATANTE.
- 5.1.8. Dispor de garagem(ns) definida no Anexo III - Garagem, que atenda a todos os requisitos legais e que permitam a perfeita execução dos serviços;
- 5.1.9. Adotar providências necessárias à garantia do patrimônio público, do sistema viário, dos terminais e a segurança e integridade física dos usuários;
- 5.1.10. Promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente;
- 5.1.11. Responder perante a CONTRATANTE e terceiros pelos serviços subcontratados;
- 5.1.12. Atender e fazer atender, de forma adequada, o público em geral e os usuários em particular;



- 5.1.13. Manter, em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens necessários à prestação dos serviços previstos neste contrato;
- 5.1.14. Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por todos os atos e eventos de sua competência;
- 5.1.15. Ressarcir à CONTRATANTE e os demais anuentes e intervenientes de todos os desembolsos decorrentes de danos causados a terceiros, sejam pessoais, patrimoniais ou morais e ainda, de determinações judiciais para satisfação de obrigações originalmente imputáveis ao CONTRATADO, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados ao CONTRATADO, sendo permitido, inclusive, compensar respectivos valores dos repasses efetuados a título de remuneração;
- 5.1.16. Informar à CONTRATANTE, imediatamente quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilidade da CONTRATANTE, ou do interveniente anuente, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- 5.1.17. Executar serviços, programas de gestão e treinamento de seus cooperados/empregados, com vistas às melhorias destinadas a aumentar a segurança no transporte e a comodidade dos usuários;
- 5.1.18. Manter a CONTRATANTE informada sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira;
- 5.1.19. Acatar medidas determinadas pelos responsáveis investidos de autoridade, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;
- 5.1.20. Adotar o Índice de Qualidade do Transporte - IQT – Anexo VI - Procedimentos de Avaliação dos Serviços e Índices, deste contrato;
- 5.1.21. Zelar pela proteção do meio ambiente;
- 5.1.22. Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus cooperados/empregados e agentes, bem como de suas contratadas, relacionadas ao objeto deste contrato, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições que forem exigidos e o porte de crachá, instruindo-os a prestar apoio à ação da autoridade;



- 5.1.23. Cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados e terceirizados;
- 5.1.24. Fornecer à CONTRATANTE todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto deste contrato, permitindo a fiscalização e o livre acesso aos equipamentos e instalações integrantes dos serviços e a realização de auditorias;
- 5.1.25. Responder por eventuais desídias e faltas quanto às obrigações decorrentes deste contrato;
- 5.1.26. Apresentar periodicamente à CONTRATANTE, a comprovação de regularidade das obrigações previdenciárias, tributárias e trabalhistas;
- 5.1.27. Na hipótese de deficiências no Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, decorrentes de caso fortuito ou força maior, a prestação do serviço poderá ser atribuída a outros operadores que responderão por sua continuidade, na forma estabelecida no Decreto nº 56.232/15;
- 5.1.28. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, bem como da Lei nº 13.241/01;
- 5.1.29. O CONTRATADO deverá observar os procedimentos operacionais para liquidação dos valores de remuneração, conforme descritos no Anexo VII - Bilhetagem Eletrônica: Processo de Arrecadação e Pagamentos, Política Tarifária e Remuneração, deste contrato;
- 5.1.30. Operar as linhas nas condições atuais, com as características operacionais autorizadas e a frota equivalente, existentes na data da assinatura deste contrato;
- 5.1.31. Utilizar veículos cujas características de acessibilidade estejam de acordo com a legislação vigente.
- 5.1.32. O CONTRATADO poderá propor à CONTRATANTE, a inserção no Sistema, de novos equipamentos e procedimentos para melhoria no desempenho, no atendimento, nos custos, no rendimento da prestação dos serviços e na preservação do meio ambiente;
- 5.1.33. Atender as determinações da CONTRATANTE referente à composição da frota operacional quanto ao que estabelece a Lei Municipal nº 14.933/09, em vista da substituição do combustível óleo diesel de petróleo por outro(s) de origem não fóssil e de fonte

- renovável e/ou da substituição de veículos movidos por motor de combustível interna por outros de tração elétrica;
- 5.1.34. Deverá promover a evolução tecnológica de garagens, equipamentos, sistemas e veículos, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente.
- 5.1.35. Manter durante toda a vigência deste contrato, seguro de responsabilidade civil objetiva, nos termos do parágrafo 3º do art. 3º do Decreto nº 56.232/15, com os valores mínimos indicados neste contrato.
- 5.1.36. Entregar à CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias contados da emissão da Ordem de Serviço Operacional – OSO as apólices de seguro estabelecidas na Cláusula Décima.
- 5.1.37. Cobrar a tarifa definida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
- 5.1.38. Manter-se em situação regular com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, FGTS, bem como com a Fazenda Municipal;
- 5.1.39. Adaptar a frota operacional às descrições contidas no Anexo IV - Veículos, deste contrato.
- 5.1.40. Apresentar à CONTRATANTE, por ocasião da expedição do “CONDUBUS”, a comprovação de vínculo com a(o) CONTRATADA(O), de todos os cooperados/empregados operacionais que prestarem os serviços.
- 5.1.41. Somente será admitida a prestação dos serviços por cooperados/empregados que comprovarem formalmente seu vínculo com a(o) CONTRATADA(O). Será aceito ainda, cooperado/empregado que estabelecer relação empregatícia com a (o) CONTRATADA(O).
- 5.1.42. Manter durante toda a vigência deste ajuste a garantia de execução deste contrato, prevista no artigo 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, no valor de R\$ 1.110.871,00 (um milhão cento e dez mil oitocentos e setenta e um reais), a fim de assegurar o fiel cumprimento das obrigações constantes deste instrumento, tendo como beneficiário a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

- 6.1. O não cumprimento das cláusulas deste contrato, de seus Anexos e das normas e regulamentos editados pela CONTRATANTE ensejará a aplicação

das seguintes penalidades, respeitados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções previstas em dispositivos legais e regulamentares da CONTRATANTE:

6.1.1. Advertência:

6.1.1.1. Para infrações de gravidade leve e sem reincidência, a penalidade imposta pela CONTRATANTE ao CONTRATADO poderá se limitar à advertência, que deverá ser formal, por escrito e com referência às medidas necessárias à correção do descumprimento.

6.1.2. Multa:

6.1.2.1. A multa poderá ter aplicação cumulativa com as demais sanções previstas no contrato.

6.1.2.2. Sem prejuízo de regulamentação específica expedida pela CONTRATANTE, pelo não atendimento aos padrões de qualidade, eficiência e segurança, será aplicada multa em virtude do descumprimento ou do atraso do cumprimento das obrigações estabelecidas no presente contrato, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, conforme segue:

6.1.2.2.1. Item 4.21:

6.1.2.2.1.1. Multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações;

6.1.2.2.1.2. Rescisão do contrato após 30 dias de atraso sem que tenham sido tomadas as providências necessárias para o cumprimento das obrigações.

6.1.2.2.2. Itens 4.26, 4.27:

6.1.2.2.2.1. Multa diária de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais, por veículo, por até 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações;

6.1.2.2.2.2. Multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por veículo, após 30 (trinta) dias de atraso e

enquanto perdurar o descumprimento das obrigações.

6.1.2.2.3. Item 5.1.32

6.1.2.2.3.1. Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por veículo.

6.1.2.2.4. Item 7.1:

6.1.2.2.4.1. Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por veículo, até o limite de 5 (cinco) dias de atraso no cumprimento das obrigações;

6.1.2.2.4.2. Rescisão do contrato no caso de ultrapassado o prazo estipulado no item superior.

6.1.2.2.5. Pelo descumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula Quinta poderão ser aplicadas as seguintes multas, a critério da CONTRATANTE, mediante decisão devidamente fundamentada, isolada ou cumulativamente, a saber:

6.1.2.2.5.1. Multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos) reais para as infrações consideradas médias e enquanto perdurar o descumprimento das obrigações;

6.1.2.2.5.2. Multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para as infrações consideradas graves, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações;

6.1.2.2.5.3. Rescisão do contrato, após o decurso do prazo estipulado no item supra, sem o cumprimento das obrigações;

6.1.2.2.5.4. A infração será considerada leve quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis do CONTRATADO e da qual ela não se beneficie;



- 6.1.2.2.5.5. A infração será considerada de média gravidade quando decorrer de conduta inescusável, mas que não traga o CONTRATADO qualquer benefício ou proveito, nem afete número significativo de usuários.
- 6.1.2.2.5.6. A infração será considerada grave quando a CONTRATANTE constatar presente um dos seguintes fatores.
- a) Ter o CONTRATADO agido com má-fé;
 - b) Da infração decorrer benefício direto ou indireto para o CONTRATADO;
 - c) O CONTRATADO for reincidente na infração;
 - d) O número de usuários atingido for significativo para a respectiva localidade.
- 6.1.2.2.5.7. Pelo descumprimento de quaisquer outros deveres ou obrigações contratuais assumidas neste contrato não citadas nas cláusulas anteriores será aplicada a multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia e/ou por ocorrência.
- 6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.
- 6.1.3.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração se darão no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, incluindo aquelas que ensejam a rescisão unilateral do contrato por culpa do CONTRATADO, além de situações previstas na legislação e regulamentação aplicável.



- 6.2. No Regulamento de Sanções e Multas – RESAM editado pela Secretaria Municipal de Transportes é tratado as infrações de caráter operacional e as respectivas penalidades, observadas as modalidades dispostas no artigo 35 da Lei nº 13.241/01.
- 6.2.1. Sempre que necessário, o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM poderá ser revisto pela Secretaria Municipal de Transportes, para melhor adequá-lo à prestação dos serviços.
- 6.3. Compete à Secretaria Municipal de Transportes editar o ato normativo de que trata o item anterior, visando disciplinar o procedimento de aplicação de penalidades devendo, entretanto, observar a necessidade de prévia notificação e a constituição de duplo grau de julgamento, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INÍCIO DA OPERAÇÃO

- 7.1. A CONTRATADA deverá iniciar suas operações a partir da emissão da Ordem de Serviço Operacional – OSO, a qual passará a fazer parte integrante deste contrato.
- 7.2. A frota deverá, obrigatoriamente, estar equipada para início da operação com catraca e validador eletrônico.

CLÁUSULA OITAVA - DA REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS

- 8.1. Para os fins desta cláusula, consideram-se as seguintes definições:
- a) Rem.Nominal: Remuneração por passageiro registrado;
 - b) Pass.Pag.: Quantidade de passageiros pagantes registrados;
 - c) Pass.Integ.: Quantidade de passageiros integrados registrados;
 - d) Pass.Grat.: Quantidade de passageiros gratuitos registrados;
 - e) FI: Fator de Integração;
 - f) FG: Fator de Gratuidade.
- 8.2. A CONTRATADA será remunerada de acordo com a seguinte fórmula:



Remuneração = Rem. Nominal x [(Pass.Pag. + Pass. Integ.) x FI + Pass.Grat. x FG].

8.2.1. O valor da remuneração por passageiro registrado será de R\$ 1,8205

8.2.2. O FI será calculado conforme fórmula a seguir:

a) $FI = FI_0 / (FI_1 - 0,01)$, quando $FI_1 > FI_0 + 0,01$; ou

b) $FI = 1$, quando $FI_1 \leq FI_0 + 0,01$.

8.2.2.1. O FI_0 corresponde ao Fator de Integração base, e seu valor será constante e igual a 1,5063;

8.2.2.2. O FI_1 corresponde ao Fator de Integração para o mês de operação, aplicado em todos os dias do mês de operação, e será calculado mensalmente, com base na demanda do mês anterior ao da operação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FI_1 = (PG_1 + INT_1) / PG_1 , \text{ sendo:}$$

PG_1 : Passageiros pagantes da semana padrão (5 dias úteis, 1 sábado e 1 domingo) do mês anterior ao da operação;

INT_1 : Passageiros integrados da semana padrão (5 dias úteis, 1 sábado e 1 domingo) do mês anterior ao da operação.

8.2.3. O FG será calculado conforme fórmula a seguir:

a) $FG = FG_0 / FG_1$, quando $FG_1 > FG_0$, ou

b) $FG = 1$, quando $FG_1 \leq FG_0$.

8.2.3.1. O FG_0 corresponde ao Fator de Gratuidade base, e seu valor será constante e igual a 0,2420;

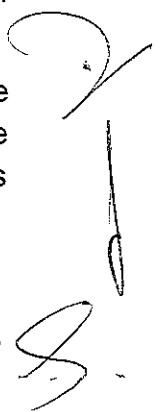
8.2.3.2. O FG_1 corresponde ao Fator de Gratuidade para o mês de operação, aplicado em todos os dias do mês de operação, e será calculado mensalmente, com base na demanda do mês anterior ao da operação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FG_1 = GRAT_1 / PG_1 , \text{ sendo:}$$

$GRAT_1$: Passageiros gratuitos da semana padrão (5 dias úteis, 1 sábado 1 domingo) do mês anterior ao da operação.

8.2.4. O passageiro transportado, válido para remuneração, será aquele registrado em veículos devidamente cadastrados no sistema Infotrans.

8.2.5. A CONTRATANTE obriga-se a exigir contratualmente da pessoa jurídica que vier a assumir a prestação dos serviços de transporte coletivo de passageiros ora outorgados à CONTRATADA, a aquisição dos veículos novos zero quilômetro que forem incluídos no sistema pela atual CONTRATADA a partir da assinatura deste instrumento, e



exigirá também a assunção de eventuais saldos de financiamentos, parcelas, dívidas e encargos financeiros decorrentes dessa aquisição, como também pelo pagamento de indenização à CONTRATADA ou a quem indicar, de acordo com o item 8.2.5.2. desta Cláusula.

8.2.5.1. Antes de 30 dias do término do Contrato vigente, a CONTRATADA deverá indicar quais veículos zero quilômetro adquiridos a partir da assinatura deste Contrato, serão atingidos pela obrigação contida neste item.

8.2.5.2. A indenização mencionada no item 8.2.5. será calculada pela aplicação da seguinte fórmula:

$I = V - P - A$, onde:

I – Indenização devida à CONTRATADA;

V – Valor atualizado do veículo;

P – Valor do montante de parcelas ou prestações a vencer – valor presente do saldo da dívida;

A – Dívidas e encargos decorrentes de atraso de pagamento de financiamento e eventuais débitos vinculados ao veículo como multas e outros.

8.2.5.2.1. O valor atualizado do veículo (V) corresponderá ao valor de venda (aquisição) constante de nota fiscal, deduzido o valor depreciado linearmente, de acordo com a seguinte fórmula:

$V = C \times [1 - (0,1 \times (n/12))]$, onde:

n – número de meses decorridos a partir da data de emissão da nota fiscal do veículo;

8.2.5.2.2. Se o valor atualizado do veículo (V) calculado conforme fórmula anterior for superior ao valor de mercado à época da efetivação da transferência, prevalecerá o valor de mercado.

8.2.5.2.3. O valor do montante de parcelas ou prestações a vencer (P) é o saldo da dívida, calculado conforme condições de financiamento e/ou parcelamento contratados, considerando como data de referência do cálculo a data de assinatura do contrato entre a pessoa jurídica sucessora e a CONTRATANTE.

8.2.5.3. Para os veículos novos zero quilometro, que se enquadram no disposto neste Contrato, adquiridos à vista, deverão ser

apresentadas cópias da Nota Fiscal; para os veículos que não forem adquiridos à vista e para os quais ainda não tenha sido quitada a dívida total do veículo, deverão ser apresentados adicionalmente, no momento do cadastramento no sistema de transporte, cópias autenticadas dos contratos de compra parcelada ou de financiamento desses veículos.

8.2.5.4. Se o valor da indenização calculada conforme item 8.2.5.2. for menor do que zero, constituirá em dívida da CONTRATADA para com a pessoa jurídica que o substituirá após regular procedimento de contratação junto à CONTRATANTE, e esse valor será descontado no acerto de contas quando do encerramento do Contrato respectivo, sendo esse valor repassado ao novo prestador de serviços de transporte.

8.2.5.5. Para fazer jus à garantia da indenização do veículo, a CONTRATADA obriga-se a manter em perfeito estado de conservação os veículos que serão transferidos na forma do item 8.2.5. desta Cláusula para pessoa jurídica que vier a substituí-lo na operação dos serviços de transporte, disponibilizando, de imediato, a posse direta desses bens.

8.2.6. Sobre os investimentos em novos equipamentos de tecnologia efetuados pela atual CONTRATADA, a CONTRATANTE obriga-se, também, a exigir contratualmente, da pessoa jurídica que vier a assumir a prestação dos serviços de transporte coletivo de passageiros ora outorgados à CONTRATADA, o pagamento de indenização à CONTRATADA ou a quem indicar.

8.2.6.1. A indenização pelos equipamentos de tecnologia será calculada pela aplicação da seguinte fórmula:

$I = E - P - A$, onde:

I – Indenização devida à CONTRATADA atual no sistema;

E – Valor atualizado do equipamento de tecnologia;

P – Valor do montante de parcelas ou prestações a vencer – valor presente do saldo devedor;

A – Dívidas e encargos decorrentes de atraso de pagamento de financiamento e eventuais débitos vinculados ao veículo como multas e outros.

8.2.6.1.1. O valor atualizado do equipamento de tecnologia (E) mencionado no item 8.2.6.1. corresponde ao valor de venda (aquisição) constante de nota fiscal, atualizado pelo IPC-FIPE, deduzido o valor depreciado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$E = C \cdot [n / nt], \text{ onde:}$$

C – valor de aquisição do equipamento, conforme nota fiscal, atualizado pelo IPC-FIPE a partir da instalação;

n – número de dias que faltam a depreciar, iniciando em 1827 e descrevendo a partir da data de inclusão de instalação;

nt – número total de dias de depreciação, igual a 1827.

8.2.6.2. Se o valor da indenização calculada conforme item 8.2.6.1. for menor do que zero, constituirá em dívida da CONTRATADA para com a pessoa jurídica sucessora definida pela CONTRATANTE, e esse valor será descontado no acerto de contas do encerramento do Contrato respectivo, sendo esse valor repassado à pessoa jurídica sucessora.

8.2.6.3. Para fazer jus à garantia da indenização, os equipamentos deverão estar em boas condições de uso.

8.2.6.4. No caso dos equipamentos validadores obriga-se a CONTRATADA a efetuar a renovação da tecnologia de acordo com as especificações estabelecidas pela SPTrans.

8.2.7. No caso dos equipamentos validadores, obriga-se a CONTRATADA a efetuar a renovação da tecnologia de acordo com as especificações estabelecidas pela SPTrans e Anexo deste documento.

8.2.7.1. Será efetuada retenção do valor diário de R\$ 4,28 por validador novo não instalado, que será devolvido quando da instalação dos mesmos.

8.2.7.2. Para cada novo validador instalado, a CONTRATADA será remunerada pelo valor diário de R\$ 4,28, e sua remuneração nominal por passageiro registrado será reduzida em R\$

0,00001050, redução esta limitada ao valor máximo de R\$ 0,0060.

8.2.8. A remuneração das Linhas da Madrugada com “Operação Controlada” será calculada conforme aumento dos custos operacionais em relação às Ordens de Serviço antes da implantação, descontando-se a remuneração recebida pelo eventual acréscimo de demanda, em relação à demanda da madrugada anteriormente transportada.

8.2.8.1. A remuneração das Linhas da Madrugada com “Operação Controlada” encontra-se detalhada no Anexo VII.

8.2.9. O repasse a ser feito aos cooperados obedecerá aos procedimentos descritos no Anexo de Política Tarifária e Remuneração.

8.2.10. A Contratada poderá apresentar mensalmente, para ratificação por parte da SPTrans, regras e valores de distribuição das remunerações advindas de parcela da tarifa nominal, para reequilíbrio interno das entidades integrantes do consórcio.

8.2.10.1. O prazo para apresentação das regras e valores de distribuição vai até o dia 15 de cada mês, para vigência a partir do mês de operação subsequente.

8.2.11. Serão descontados da remuneração devida à Contratada quaisquer valores que sejam devidos pelo operador, por força deste contrato ou de outros contratos, incluindo-se os Contratos nº 011/14-SMT.GAB, 011/15-SMT.GAB e 019/15-SMT.GAB, e ainda dívidas assumidas de terceiros, em especial, aquela relacionada à possível inadimplência ao estabelecido no Contrato de Cessão de Uso de Equipamentos, de Cessão de Licenças de Uso de Aplicativos e de Prestação de Serviços Auxiliares Relativos à Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. O CONTRATADO prestará garantia em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, no valor de R\$ 1.110.871,00 (um milhão cento e dez mil oitocentos e setenta e um reais), correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato, no prazo de 15 (quinze) dias contado da emissão da Ordem de Serviço Operacional – OSO.

9.2. A garantia ficará retida até o efetivo cumprimento pelo CONTRATADO de suas obrigações previstas neste contrato para pagamento de quaisquer pendências e eventuais indenizações que couberem.




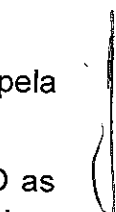
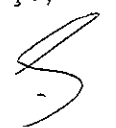

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

- 10.1. O CONTRATADO apresentará no prazo de até 15 (quinze) dias contado da emissão da Ordem de Serviço Operacional – OSO, o comprovante de contratação do seguro de responsabilidade civil objetiva nos termos do Decreto nº 56.232/15, para cada veículo da frota, com as seguintes características:
- 10.1.1. Danos corporais a terceiros não transportados: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
 - 10.1.2. Danos morais a terceiros: R\$100.000,00 (cem mil reais);
 - 10.1.3. Danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
 - 10.1.4. Danos morais a passageiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
 - 10.1.5. Danos materiais e corporais a passageiros: 100.000,00 (cem mil reais);
- 10.2. O referido seguro deverá ser mantido durante todo o prazo de execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 11.1. É expressamente vedada a subcontratação.
- 11.2. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

- 12.1. São direitos e obrigações dos usuários:
- 12.1.1. Receber serviço adequado;
 - 12.1.2. Receber da CONTRATANTE e do CONTRATADO informações para a defesa de interesses individuais e coletivos;
 - 12.1.3. Obter e utilizar o serviço, observadas as normas aprovadas pela CONTRATANTE;
 - 12.1.4. Levar ao conhecimento da CONTRATANTE e do CONTRATADO as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço, objeto deste contrato;
- 
- 
- 
- 

- 12.1.5. Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pelo CONTRATADO na prestação do serviço;
- 12.1.6. Zelar pelo serviço público que lhe é prestado;
- 12.1.7. Tratar os funcionários, empregados e prepostos da CONTRATANTE e do CONTRATADO com cortesia e urbanidade, recebendo idêntico tratamento;
- 12.1.8. Respeitar os direitos dos demais usuários, em especial, as disposições que vedam o fumo nos coletivos e em locais fechados, o uso de aparelhos sonoros individuais e a preferência estabelecida em favor de idosos, gestantes e pessoas com capacidade reduzida de locomoção.
- 12.1.9.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

- 13.1. O valor contratual estimado R\$ 111.087.161,00 (cento e onze milhões oitenta e sete mil cento e sessenta e um reais).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO

- 14.1. O prazo deste contrato será de até 180 (cento e oitenta) dias contado a partir de 15 de julho de 2015, inclusive.
- 14.2. Este contrato poderá ser rescindido caso se ultime a nova licitação de Transporte Coletivo Público de Passageiros, ou a qualquer tempo, a critério do Poder Público CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 15.1. Integram este contrato como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:
 - ANEXO I - Introdução ao Sistema Integrado;
 - ANEXO II - Descrição dos Serviços;
 - ANEXO III - Infraestrutura Básica da Garagem;
 - ANEXO IV - Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos (Diesel);
 - ANEXO V - Infraestrutura para Bilhetagem Eletrônica;



ANEXO VI - Procedimentos de Avaliação dos Serviços e Índices;

ANEXO VII - Bilhetagem Eletrônica (Processo de Arrecadação e Pagamentos), Política Tarifária e Remuneração;

ANEXO VIII - Rede de Linhas da Madrugada com Operação Controlada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Vara Privativa da Fazenda Pública, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

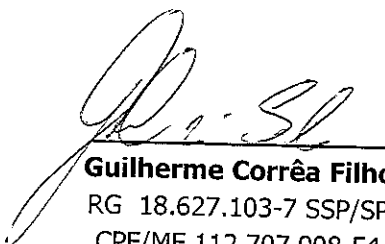
E por estarem justas e acordadas, as partes, por seus representantes legais, e sem prejuízo da análise da solicitação formulada pela contratada em data anterior a este instrumento, pertinente ao item 8.2.1 deste contrato, assinam o presente instrumento, elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico, perante as testemunhas abaixo assinaladas, a tudo presentes.

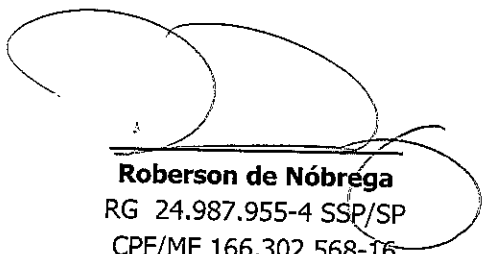
São Paulo, 15 de julho de 2015.

Pela Contratante:


JOSÉ EVALDO GONÇALO
Secretário Adjunto de Transportes

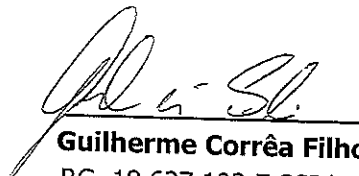
Pelo Contratado: **CONSÓRCIO TRANSNOROESTE**

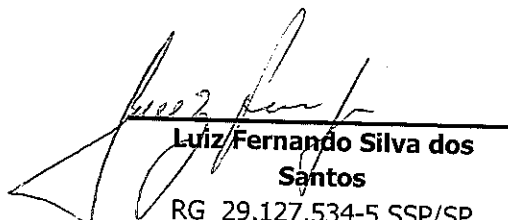

Guilherme Corrêa Filho
RG 18.627.103-7 SSP/SP
CPF/MF 112.707.908-54


Roberson de Nóbrega
RG 24.987.955-4 SSP/SP
CPF/MF 166.302.568-16

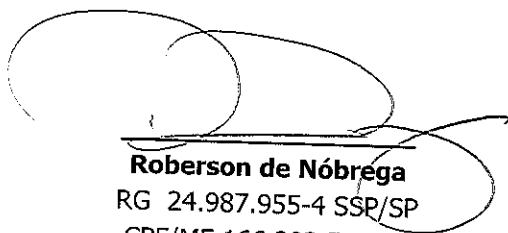


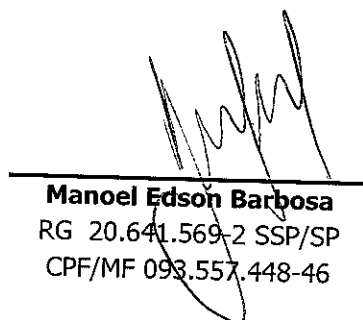
Pela empresa membro: **NORTE BUSS TRANSPORTES LTDA.**


Guilherme Corrêa Filho
RG 18.627.103-7 SSP/SP
CPF/MF 112.707.908-54

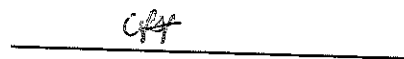

Luiz Fernando Silva dos Santos
RG 29.127.534-5 SSP/SP
CPF/MF 296.318.578-24


Pela empresa membro: **SPENCER TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA.**


Roberson de Nóbrega
RG 24.987.955-4 SSP/SP
CPF/MF 166.302.568-16


Manoel Edson Barbosa
RG 20.641.569-2 SSP/SP
CPF/MF 093.557.448-46

TESTEMUNHAS:


Nome: CLAUDINO P. FONTIN
R.G.: 13 347 5033


Nome: SYLVIA ALMEIDA
R.G.: 13.997015-0

